



ZAMCOM
ZAMBESI ANTI-CORROSION COMMISSION



ZAMBEZE

Vol 9 no 1 Jan-Junho 2014

É necessário um planeamento Integrado para Água, Energia e Segurança Alimentar

por Admire Ndhlovu

ÁGUA, ENERGIA e segurança alimentar estão intimamente interligados e as organizações de gestão das Bacias Hidrográficas têm um papel importante na facilitação de uma abordagem integrada para apoiar a gestão dos recursos hídricos que, por sua vez, apoiam o desenvolvimento de outros sectores.

Na bacia do rio Zambeze, as demandas sobre a água, energia e alimentos tornaram-se mais distintas durante os últimos anos. Com um impressionante desenvolvimento socioeconómico nos Países ribeirinhos, a pressão sobre os recursos hídricos, energia e segurança alimentar tem estado a aumentar.

Desafios como as consequências das mudanças climáticas colocam pressão adicional sobre o rio e seus recursos.

Esses desafios suscitaram apelos das partes interessadas para um maior papel das organizações de gestão das bacias hidrográficas, como a Comissão da Bacia do Zambeze (ZAMCOM), no sentido de conduzirem a abordagem da ligação água - energia - alimentos.

Esta foi a principal mensagem no 6º Diálogo Multisectorial da SADC sobre a Água organizado para criar consciência e compreensão da ligação água - energia - alimentos.

As partes interessadas disseram que a ZAMCOM está bem posicionada para dirigir a abordagem interligada, dado o seu objectivo de promover a utilização equitativa dos recursos hídricos na Bacia do Zambeze, bem como a gestão integrada e o desenvolvimento sustentável.

A ZAMCOM também tem uma forte representação a nível nacional que pode garantir

a apropriação interna da abordagem integrada nos Países da bacia para permitir que a perspectiva da bacia e da cooperação seja considerada aquando do planeamento nos Estados membros, e ZAMCOM poderia integrar essa abordagem na implementação do seu plano estratégico.

A abordagem integrada exige uma estreita colaboração entre os sectores da água, da energia e dos alimentos uma vez que estes estão intrinsecamente ligados. Acções numa área têm impacto sobre as outras.

A produção de alimentos, por exemplo, necessita de água e energia, enquanto a extracção e distribuição de água necessitam de energia e, por sua vez, a produção de energia requer água.

O diálogo notou que apesar de vários instrumentos de política terem sido desenvolvidos tomando em conta a questão da interligação, muito ainda precisa de ser feito para os sectores promoverem o planeamento e implementação integrada de projectos de água, energia e segurança alimentar.

De acordo com Phera Ramoeli, Oficial Sénior de Programa na Divisão de Águas da SADC, a perspectiva de interligação proporciona uma oportunidade de ajudar para a África Austral aplicar o conceito de Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

"Sem energia e água não podemos satisfazer as necessidades humanas básicas, produzir alimentos para uma população em rápido crescimento e atingir um crescimento económico", disse ele. □





The Zambezi/O Zambeze é publicado duas vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral (SARDC) através do seu Instituto do Meio Ambiente, o Centro Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral (IMERCESA), pelos parceiros nacionais em todos os estados da bacia, ZAMCOM e pela Divisão de água da SADC, com o apoio da GIZ, Ajuda da Austrália e do Reino Unido.

Este Boletim é publicado no âmbito do Projecto Perspectivas do Meio Ambiente do Zambeze, com o objectivo de informar as pessoas sobre o estado do ambiente na bacia do rio Zambeze e promover a boa gestão ambiental na região da SADC.

Equipa Editorial

Egline Tauya, Joseph Ngwawi,
Kizito Sikuka, Admire Ndhlovu,
Neto Nengomasha,
Danai Matowanyika, Phyllis Johnson,
Shirley Pisirai

Parceiros

National Stakeholders Coordination
Committees (NASCs)

Composição e Maquetização

Tonely Ngenya, Anisha Madanhi,
SARDC

Fotos e Ilustrações

P1 www.times.co.zm, lusakatimes.com,
L Munjoma, chronicle.co.zw,
harare24.com, A Ndhlovu SARDC;
P3 herald.co.zw, greeneryuk.com,
wordpress.com; P4 L Munjoma, wikimedia.org, SARDC, www.fao.org;
P5 Ara Zambeze, G Nealon, P Chola,
SARDC, SOE Zambezi - CEP;
P6 R Chawatama, R J Boroto,
Majority World, DWAF;
P7 E Tauya SARDC

©ZAMCOM/SADC/SARDC

Aceitamos com agrado contribuições de indivíduos e organizações de dentro e de fora da Bacia do Rio Zambeze, em forma de artigos, notícias e comentários. O editor reserva-se o direito de escolher ou rejeitar os temas e editar em função do espaço disponível.

As cartas de correspondência para o editor e outros materiais podem ser enviados para:

The Zambezi / O Zambeze

imerca@sardc.net
SARDC IMERCESA
15 Downie Avenue, Belgravia,
P.O. Box 5690, Harare, Zimbabwe
+263 4 791141/3

www.sardc.net

Conhecimento para o Desenvolvimento
www.zambezicommission.org

EDITORIAL

A SEGURANÇA Alimentar continua a ser fundamental para o desenvolvimento socioeconómico e para a conquista da sustentabilidade ambiental.

Conferir prioridade à agricultura e à segurança alimentar tem sido enfatizada e observado a nível nacional, regional e continental.

A nível nacional, os Estados da Bacia do Rio Zambeze estão empenhados em esforços para maximizar a produção agrícola e garantir a segurança alimentar, assim como os outros Estados membros da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), em consonância com a Política Regional de Agricultura para a SADC instituída nos meados de 2013.

O objectivo global da política, cuja implementação está prevista para começar este ano, é contribuir para o crescimento sustentável da agricultura e desenvolvimento socioeconómico.

Com cerca de 70 por cento da população da bacia dependendo da agricultura para a produção de alimentos, renda e emprego, é necessário dar a este sector uma grande prioridade.

Apoiando a necessidade de priorizar a agricultura e a segurança alimentar, a actual Presidente da SADC, a Presidente Joyce Banda, do Malawi, prometeu políticas e programas que melhorem o desenvolvimento da agricultura e do sector rural durante seu mandato que termina em Agosto deste ano.

Ela acredita que estimular esse sector permitirá transformar as condições de vida de pessoas e criar bases para o desenvolvimento sustentável.

A necessidade de conferir prioridade a agricultura e a segurança alimentar foi apoiada pelos líderes africanos que declararam 2014 como o "Ano da Agricultura e Segurança Alimentar", durante a 22ª Cimeira da União Africana, realizada em Adis Abeba, Etiópia, em Janeiro.

O tema da Cimeira destacou o compromisso dos líderes africanos para transformar a agricultura através do aproveitamento de oportunidades para o crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável.

Este compromisso com a agricultura deverá beneficiar a Bacia do Zambeze, que é dotada de terras abundantes e uma ampla gama de recursos naturais relacionados, incluindo a pesca e a silvicultura.

A bacia tem capacidade e grande potencial para desempenhar um papel de liderança agrícola no contexto continental e global, alavancando os seus ricos recursos naturais e humanos.

Além disso, a Bacia do Zambeze geralmente recebe chuvas favoráveis que são essenciais para o cultivo de alimentos. Durante a época chuvosa 2013/14 a bacia recebeu chuvas acima do normal, com boas colheitas esperadas na maioria dos Países.

O grande potencial na agricultura foi enfatizado pela Presidente da Comissão da UA, Nkosana Dlamini-Zuma, na sua previsão para o futuro que ela apresentou à Cimeira da UA como uma carta escrita em 2063.

Dentro de 50 anos, refere a carta, "A África terá, efectivamente, se transformada num exportador de matérias-primas e, partindo de um sector industrial que estava em declínio em 2013, vai se tornar um grande exportador de alimentos, um centro de produção global, um centro de conhecimento, beneficiando os nossos recursos naturais e produtos agrícolas como veículos para industrialização".

Dlamini-Zuma lembra aos líderes africanos a reconhecer o conhecimento indígena detido por mulheres que são as principais produtoras de alimentos do continente, e a sua capacidade de identificar as variedades adequadas e as melhores maneiras de combater as pragas que ameaçam as culturas sem prejudicar os sistemas ecológicos delicados.

A carta imaginária observa a necessidade de reconhecer os pequenos agricultores, principalmente mulheres, que compõem a maioria dos agricultores, e garantir que elas tenham acesso ilimitado aos mercados agrícolas, recursos financeiros e insumos agrícolas, como sementes e fertilizantes.

Isso foi reconhecido na Política Regional de Agricultura para SADC que observa que as mulheres desempenham um papel central na produção, colheita, processamento, armazenamento e comercialização de alimentos. Portanto, há necessidade de garantir o acesso efectivo aos recursos produtivos, serviços e oportunidades sócio-económicas para mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.

O reconhecimento da importância dos pequenos agricultores na promoção da segurança alimentar é um assunto que tem sido efectuado a nível mundial pela Organização das Nações Unidas, que declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (IYFF).

O IYFF visa promover novas políticas de desenvolvimento a nível nacional e regional, que ajudarão os pequenos produtores e agricultores familiares a erradicar a fome, reduzir a pobreza rural e continuar a desempenhar um papel importante na segurança alimentar global através da produção agrícola sustentável de pequena escala.

Agricultura

A base para o desenvolvimento económico na Bacia do Rio Zambeze

por Neto Nengomasha

A AGRICULTURA é a base para a maioria das economias da Bacia do Rio Zambeze e os Estados-Membros estão a tomar medidas para desenvolver o sector para garantir a segurança alimentar sustentável e a prosperidade económica para a região.

Foi registado um progresso na implementação de diversas políticas regionais e continentais com vista a melhorar a segurança alimentar.

Tais políticas incluem o Programa Compreensivo de Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), aprovado na Declaração de Maputo de 2003, e a Declaração de Dar es Salaam para a Agricultura e Segurança Alimentar de 2004.

O CAADP é um quadro para revitalizar a agricultura, a segurança alimentar e nutricional em toda a África e visa ajudar os países africanos a chegar a um caminho mais elevado de crescimento económico através do desenvolvimento da agricultura.

A Declaração de Dar es Salaam para a Agricultura e Segurança Alimentar é uma iniciativa da SADC para aumentar a produção de alimentos na região, de acordo com o CAADP.

Ao abrigo das duas iniciativas, os Estados da bacia comprometeram-se a destinar anualmente pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos nacionais à agricultura.

Eles também concordaram em atingir taxas agrícolas anuais médias de crescimento de seis por cento e melhorar a infra-estrutura rural e pesquisa agrícola.

Como foi observado durante o recente Diálogo Regional da África Austral sobre a Agricultura, pelo menos três Estados da bacia estão entre os 11 Países africanos que conseguiram, em 2010, atingir os objectivos do CAADP e da Declaração de Dar es Salaam de alocar pelo menos 10 por cento dos seus orçamentos para a agricultura.

Os três Países são Malawi, Zâmbia e Zimbabwe.

O Zimbabwe teve o melhor desempenho nesta área, tendo alocado progressivamente recursos significativos para a agricultura até atingir 30 por cento do orçamento nacional até 2010, seguido do Malawi, com cerca de 28 por cento, e Zâmbia, com 10 por cento, durante o mesmo ano.

O desempenho dos outros cinco países da bacia variou de cerca de dois por cento para o Botswana e Namíbia e sete por cento para a Tanzânia.

No que diz respeito à taxa de crescimento médio de seis por cento para a agricultura entre 2003 e 2010, dois estados da bacia (Angola e Moçambique) ultrapassaram a meta, com uma média de 14 e sete por cento de crescimento, respectivamente.

A maioria dos Países da bacia continua a registar boas colheitas todos os anos desde a adopção da Declaração de Dar es Salaam.

De acordo com a Actualização da situação da Segurança Alimentar na SADC, feita em Julho de 2013, a colheita regional de cereais na África Austral aumentou 0,2 por cento subindo de 35 milhões de toneladas métricas em 2012 para 35.1 milhões de toneladas em 2013.

Este aumento é cinco por cento acima da produção média dos últimos cinco anos.

Por exemplo, entre 2008 e 2013, a produção de cereais aumentou de 738,000 para 940,000 toneladas, em Angola, de 2.99 para 3.89 milhões de toneladas,

no Malawi, e de 1.64 para 2.89 milhões de toneladas, na Zâmbia.

A Declaração de Dar es Salaam sobre Agricultura e Segurança Alimentar contém compromissos que visam, entre outras coisas, aumentar a produção de culturas tolerantes à seca, incentivar um valor acrescentado sobre os produtos agrícolas primários e desenvolver instalações de conservação adequadas nos agregados familiares a nível nacional e regional.

A SADC também concordou em desenvolver uma infra-estrutura para reserva alimentar regional, melhorar infra-estrutura como estradas e ferrovias para promover o comércio e abrir o mercado, bem como a construção de barragens para fins de irrigação.

Estão em cursos planos para construir silos para reserva regional de cereais, com uma capacidade estimada de cerca de 500.000 toneladas métricas.

Cerca de 75 por cento da reserva será composta de alimentação em espécie, enquanto os restantes 25 por cento serão na forma de dinheiro para permitir que os países que não têm qualquer excedente possam contribuir para a reserva de cereais.

"A reserva, que irá incluir uma combinação de cereais, será mantida em vários países seleccionados para proporcionar o fácil acesso a toda a região", disse Margaret Nyirenda, Chefe da Direcção da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais no Secretariado da SADC.

É necessário reconhecer o importante papel desempenhado pelos pequenos agricultores, principalmente mulheres, que compõem a maioria dos agricultores da bacia, e garantir que eles tenham acesso ilimitado aos mercados agrícolas, recursos financeiros e insumos agrícolas, como sementes e fertilizantes.

A Política Regional da SADC sobre Agricultura observa que as mulheres desempenham um papel central na produção, colheita, processamento, armazenamento e comercialização de alimentos.

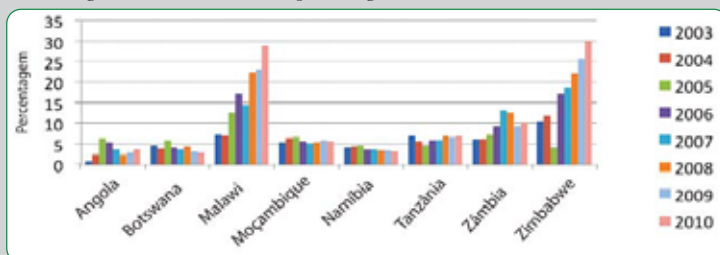
Portanto, há necessidade de garantir o acesso efectivo aos recursos produtivos, serviços e oportunidades sócio-económicas para mulheres, jovens e outros grupos vulneráveis.

A agricultura é a espinha dorsal da maioria das economias na bacia do Zambeze, e os Estados ribeirinhos identificaram o sector como uma das prioridades para o desenvolvimento.

Na Cimeira da União Africana, realizada em Janeiro, os líderes do continente declararam 2014 como o "Ano da Agricultura e Segurança Alimentar em África" para que seja uma oportunidade para os governos africanos renovem o seu apoio ao desenvolvimento agrícola. □



Percentagem dos Gastos Públicos para a Agricultura nos Estados da Bacia do Zambeze



Fonte: Pronto para a Mudança: A Promessa de Transformação Agrícola de África, lançada na Cimeira da UA 2014



Boas chuvas iluminam perspectivas alimentares na Bacia do Zambeze

A BACIA Do Rio Zambeze poderá ter uma boa colheita durante a época agrícola 2013/14 porque os estados ribeirinhos registam sinais de terem recebido chuvas adequadas.

A actualização da previsão meteorológica para a agricultura na SADC para a época 2013/2014, feita pelo Centro de Previsão Climática da SADC, indica que os oito Estados da Bacia esperam receber chuvas normais com tendência para acima do normal entre Fevereiro e Abril.

Considera-se chuvas acima do normal a quantidade média de precipitação que ocorre na terceira década do pico da época chuvosa em relação a média registada durante um período de 30 anos entre 1971 e 2000, enquanto chuva abaixo do normal representa a quantidade média que ocorre na terceira década do período inicial relativamente mais seco da época chuvosa e chuva normal é a quantidade média que ocorre no intervalo intermédio da época chuvosa.

A última previsão indica que a Bacia do Zambeze continuará a receber chuvas suficientes para a maioria das culturas atingirem o estágio de maturidade.

A previsão de chuva normal em tendência para acima do normal vai ocorrer em quase todas as partes da Bacia

A actualização refere, no entanto, que houve alguns atrasos no início da temporada de chuvas na maior parte da região, o que afectou o plantio de culturas.

Chuvas suficientes para as sementeiras só ocorreram nos meados de Dezembro no centro e no sul do Malawi, Zâmbia oriental, zona centro de Moçambique e norte do Zimbábue.

O sul de Moçambique, partes do sul do Zimbábue e centro da Tanzânia só receberam chuvas no final de Dezembro.

A implicação do atraso das chuvas é que há uma grande possibilidade das culturas não atingirem a maturidade ou um bom desenvolvimento em algumas áreas, a não ser que as chuvas se estendam um pouco mais que o normal e sejam consistentes em todo o resto da época.

A actualização das chuvas observa que, em algumas áreas, como no sul do Malawi do sul, as culturas ainda poderão atingir a maturação, devido às variedades de culturas de milho de curto ciclo já plantadas.

As Vuli ou chuvas de curta duração na Tanzânia continuaram a ocorrer de forma irregular até meados de Janeiro, com relatos de murchamento das culturas plantadas tardiamente em algumas áreas.

Relata-se que as chuvas de Dezembro e início de Janeiro foram em geral favoráveis em partes centrais / ocidental da região que enfrentou períodos de seca ao longo das duas últimas épocas.

Metade do norte do Botswana, norte da Namíbia, sul - leste de Angola, Zâmbia e Zimbábue ocidental receberam chuvas acima do normal no período de 01 de Dezembro de 2013 a 20 de Janeiro de 2014.

As chuvas ajudaram a reviver pastagens e melhorar o abastecimento de água, permitindo a melhoria das condições de gado.

Surto generalizado de lagarta foi relatado em vários locais da Região Sul do Malawi e áreas do leste da Zâmbia.

Os danos às culturas variaram de leve a grave, e algumas áreas necessitam de replantação. No entanto, após as medidas de controlo por parte dos agricultores e do Ministério da Agricultura, a situação está sob controlo e os impactos são susceptíveis de ter sido minimizado.

As probabilidades de chuvas acima do normal observadas na maior parte da região elevam a probabilidade das culturas plantadas tardiamente poderem atingir a maturidade, especialmente se a maior pluviosidade for associada a uma época mais longa que se estende até Abril.

O SADC CSC em conjunto com outros parceiros continuarão a acompanhar de perto o estado de evolução do El-Niño e novas actualizações serão emitidas ao longo do tempo. □



Culturas plantadas tardiamente poderão atingir a maturidade com a ocorrência regular de chuvas



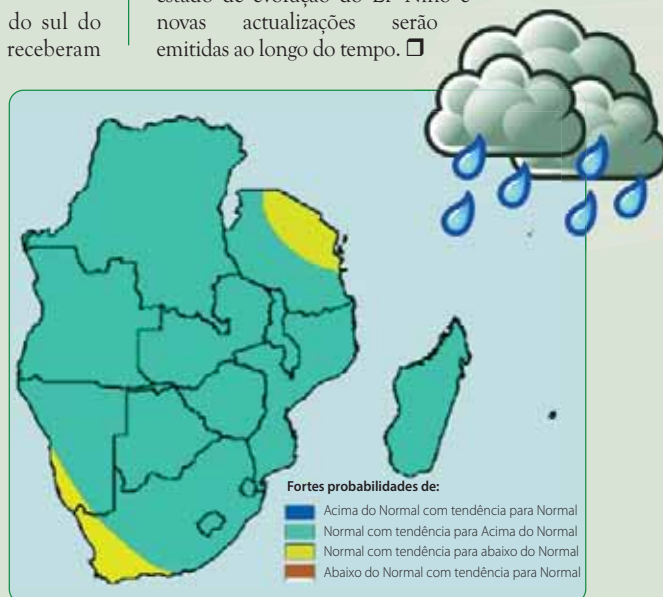
Chuvas regulares permitiram a melhoria das condições do gado em muitas partes da região.



Alguns produtos cultivados na Bacia



Eclusão de pragas de lagartas prejudica as culturas.



A evidência crescente de cheias e secas na bacia do Rio Zambeze

por Admire Ndhlovu e Danai Matowanyika

AS COMUNIDADES na Bacia do rio Zambeze observam que a frequência de cheias e secas está a aumentar e acreditam que isso é devido as Mudanças das condições Climáticas.

Esta foi a principal conclusão de uma pesquisa para avaliar o impacto das mudanças climáticas na Bacia do Rio Zambeze, que inclui parte do território de oito estados ribeirinhos e que é o habitat de mais de 40 milhões de pessoas.

De acordo com os entrevistados em Setembro de 2013 para o Relatório da Situação de Cheias e Secas na Bacia do Zambeze, há uma tendência crescente de períodos mais secos durante a estação chuvosa.

Embora as secas cíclicas ocorrem na bacia há mais de um século, a actual década tem registado inundações e secas de magnitude sem precedentes.

Os entrevistados na pesquisa também citaram o início tardio e a rápida conclusão das chuvas como uma grande preocupação e uma razão para os baixos rendimentos registados ao longo da última década.

Eles observaram que a estação chuvosa iniciava normalmente em Outubro, mas agora inicia no final de Dezembro.

Os cientistas atribuem o aumento da frequência de eventos extremos as mudanças climáticas.

As actividades humanas, como a emissão de poluentes, bem como alterações na superfície da terra como a urbanização e o desmatamento afectam o equilíbrio da temperatura atmosférica, levando a alteração do sistema climático.

A pesquisa do Relatório da Situação envolveu discussão com especialistas locais e comunidades em locais seleccionados na bacia para captar perspectivas locais e conhecimentos que irão melhorar os esforços existentes na gestão de cheias e secas.

As áreas visitadas foram o distrito de Kazungula, na Zâmbia; região do Zambeze (ex- Caprivi) na Namíbia, e distrito de Muzarabani, no Zimbabwe.

Foram recolhidos dados Geoespaciais e verificado formas de uso do solo. Áreas de inundações e secas identificadas pelas comunidades locais foram demarcadas usando o Sistema de Posicionamento Geográfico (GPS).

Na área de Kasaya, do distrito de Kazungula, a escassez de água tem piorado ao longo dos anos.

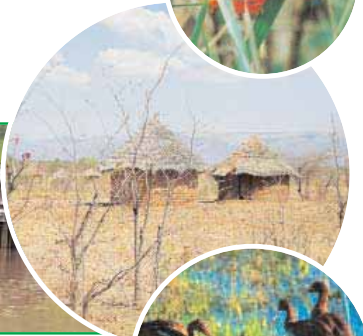
Na Escola Primária Kasaya, as crianças e os moradores dependem da água estagnada que recolhem durante a estação chuvosa. Há intrusão salina na água dos poços que causam a corrosão e ao colapso das anilhas e tubagens, tornando-os inúteis.

Na área de Nakabolelwa, região do Zambeze na Namíbia, as comunidades estão contrariando as mudanças climáticas através de unidades comunais de conservação da vida selvagem.

Nakabolelwa e as comunidades vizinhas enfrentam ameaças persistentes de inundações devido à sua localização nas margens do rio Chobe, que drena para o rio Zambeze.

Os entrevistados observaram que os períodos longos de seca, bem como a destruição de culturas por elefantes são ameaças para a segurança alimentar das famílias.

Como um mecanismo de contenção, as comunidades criaram



unidades comuns de conservação da vida selvagem, que permitem que os membros possam proteger os seus recursos de forma sustentável, em especial as populações de animais selvagens para a caça e receitas de ecoturismo.

Além disso, área de Conservação de Nakabolelwa tem vários parques de campismo de propriedade comunitária que fornecem renda para as comunidades que os operam.

Isto fornece as comunidades opções de subsistência face as crescentes ameaças das mudanças climáticas.

No distrito de Muzarabani, localizada na província de Mashonaland Central, no Zimbabwe, ao longo da fronteira com Moçambique, Sistemas de Conhecimento Indígenas (IKS) desempenham um papel importante sobre a forma como as comunidades se devem adaptar às mudanças climáticas.

A área é vulnerável a desastres relacionados ao clima, como inundações, secas e surtos de doenças como a cólera e a malária.

Devido à sua posição geográfica, Muzarabani é afectada por retornos de Cahora Bassa em Moçambique e do Rio Musengezi, no Zimbabwe, bem como pelos fluxos do rio Zambeze quando as comportas da Barragem de Kariba são abertas.

Outro estudo realizado em 2009 pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique revelou que, entre 1960 e 2005, as temperaturas aumentaram até 1,6 °C durante o inverno no centro de Moçambique.

Esse estudo também observou um aumento de 1,1 °C entre Março / Abril e Setembro / Novembro em relação ao mesmo período.

Esta mudança resultou em mais chuva ou menos chuva, geralmente causando cheias ou secas .

Apesar da introdução de novas estratégias de aviso prévio e de gestão de desastres, IKS ainda desempenha um papel significativo na previsão e preparação para desastres .

As comunidades observam certos fenómenos físicos, tais como árvores, capim, vento, sol, lua e relâmpagos, bem como o comportamento das aves, sapos, animais e insetos para fazer previsões razoáveis e muitas vezes precisas.

O "Relatório de Estado de Cheias e Secas na Bacia do Zambeze" é parte do projecto Estado do Ambiente na Bacia do Zambeze, uma iniciativa da Comissão do Zambeze (ZAMCOM) e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC).

O projeto é implementado pelo Centro Musokotwane de Recursos Ambientais para a África Austral, um instituto do Centro de Documentação e de Pesquisa da África Austral (SARDC), com o apoio de agências de desenvolvimento listados na página 8 desta publicação. □





Metas de água e Saneamento realizáveis

por Neto Nengomasha

A **MAIORIA** dos Estados da Bacia do Zambeze estão no caminho certo para atingir as metas internacionais sobre o acesso à água potável e ao saneamento básico, embora haja espaço para melhorias.

Ao adoptar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), os Estados da Bacia se comprometeram a reduzir para metade a proporção de pessoas sem acesso à água potável e ao saneamento básico entre 1990 e 2015.

De acordo com o *Atlas do Meio Ambiente em Mudança na Bacia do Rio Zambeze*, lançado em 2013, Angola tem feito progressos notáveis na expansão de sua cobertura de água potável, mas ainda precisa elevar o nível.

No período de 1990 a 2008, o acesso a água potável aumentou de 36 a 50 por cento do total da população em Angola, e a nova estação de tratamento de água de Quilonga que irá reciclar água residual poderá contribuir para expandir a cobertura.

O saneamento em Angola decresceu de 61 a 50 por cento no mesmo período, o que resulta, principalmente, da urbanização e do crescimento das favelas.

O Botswana é susceptível de atingir a meta de água e saneamento bem antes dos prazos para os ODM e dos prazos para a sua própria visão de 2016.

O acesso à água potável para população do Botswana aumentou de 77 por cento, em 1990, para 94 por cento em 2008, enquanto o saneamento básico aumentou de 38 por cento para cerca de 96 por cento da população no mesmo período.

Esta evolução positiva foi atribuída às decisões políticas e acção estratégica ao longo de um período de vários anos.

Os principais desafios para os serviços de abastecimento de água para o Botswana o incluem a protecção de aquíferos da poluição, e o desenvolvimento de uma melhor compreensão da recarga de água do solo, entre outros.

De acordo com o relatório sobre os ODM 2010 para o Malawi, o País fez grandes avanços no acesso à água potável e ao saneamento básico.

A população média nacional com acesso à água potável aumentou de 40 por cento em 1990 para 81 por cento em 2010, enquanto o acesso ao saneamento melhorado aumentou de 41 por cento para 93 por cento no mesmo período.

O relatório de 2010 dos ODM de Moçambique refere que a cobertura nacional de abastecimento de água potável aumentou de 35 por cento em 1990 para 56 por cento da população total em 2009, enquanto o saneamento aumentou de 20 por cento em 1990 para 43 por cento em 2009.

O relatório sobre os ODM 2008 para Namíbia indica que o acesso de famílias urbanas à água potável foi de quase 100 por cento, mas a está diminuir, principalmente devido ao aumento da população urbana sem expansão de equipamentos sociais.

O acesso das famílias rurais à água potável foi de 88 por cento em 2008, acima dos 67 por cento em 2000.

Para a Tanzânia, o Atlas do Zambeze relata que a proporção de pessoas em áreas urbanas com acesso a água potável aumentou de 68 por cento em 1990 para 83 por cento em 2008.

No entanto, o número cai para pouco mais de um terço em áreas rurais, trazendo assim para baixo a média nacional de cerca de metade da população com acesso a água potável.

Isso significa que o objectivo é possível de ser alcançado com relação ao abastecimento de água urbana se os desafios do uso de recursos adequados for considerado, mas torna-se menos provável nas áreas rurais da Tanzânia continental.

Regista-se um aumento constante de instalações sanitárias melhoradas, tanto para Zanzibar e Tanzânia continental.

Para a Zâmbia, o relatório de progresso 2013 revela que o país tem feito progressos na garantia do acesso à água potável desde 1990, mas a taxa é ainda muito baixa para atingir o objectivo de 74,5 por cento dos ODM do país até 2015.

O acesso à água potável aumentou de 49 por cento em 1991 para 63,1 por cento da população total em 2010, enquanto a cobertura de saneamento piorou descendo de 74 para 32,7 por cento em relação ao mesmo período.

No entanto, uma significativa parte desta diminuição pode ser explicada pelo facto de a definição de saneamento melhorado ter alterado em 2010 - incluindo a exclusão de fossas sépticas e sem uma laje.

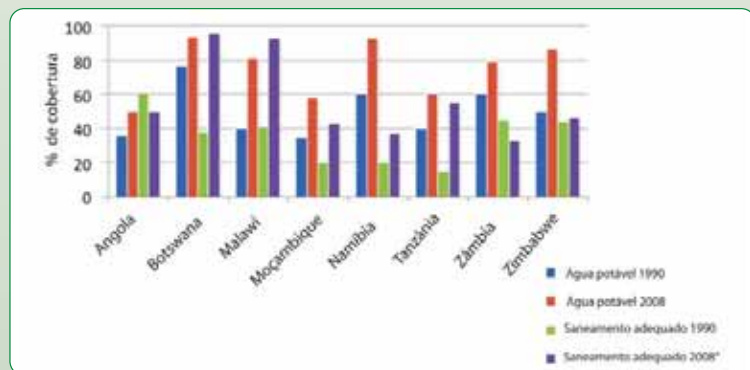
Com relação ao Zimbábue, o relatório de 2012 mostra que o total da população com acesso a água potável aumentou de 50 por cento em 1990 para 76,7 por cento em 2012.

O total da população usando instalações sanitárias melhoradas em 2012 foi de 49,8 por cento nas áreas urbanas e 31,8 por cento nas áreas rurais.

O período entre 2000 e 2008 viu uma deterioração significativa na qualidade das instalações de água e saneamento.

Para além disso regista-se falta de fundos dedicados à manutenção e reabilitação impedido melhorias significativas nos sistemas de gestão de resíduos e de abastecimento de água, embora melhorias graduais possam ser observadas. □

Cobertura de água e saneamento nos Estados da Bacia do Zambeze



Note que os dados para o Malawi são de 2010, os de Moçambique são de 2009, os da Namíbia são de 2007 e os da Zâmbia são de 2008 e 2010

Fonte: Relatórios Nacionais dos ODM e *Atlas do Ambiente em Mudança na Bacia do Zambeze*



Iniciativa KAZA TFCA apoia o desenvolvimento sustentável

por Danai Matowanyika

ÁREA DE Conservação Transfronteiriça Kavango-Zambezi, o maior parque transfronteiriço do mundo, tem potencial para impulsionar o desenvolvimento sustentável dentro da Bacia do Rio Zambeze.

Com uma área de 444.000 quilómetros quadrados, a KAZA TFCA contém 36 áreas protegidas e oportunidades relacionadas ao desenvolvimento socioeconómico em cinco países - Angola, Botswana, Namíbia, Zâmbia e Zimbábue.

As áreas protegidas incluem parques nacionais, reservas de caça, unidades de conservação da comunidade e áreas de gestão de caça.

Considerando o grande número e variedade de actores envolvidos, os ministros da KAZA reconheceram a necessidade de desenvolver uma estratégia de engajamento das partes interessadas para garantir que todos os desenvolvimentos estejam sob o controlo dos cinco países e garantir que os principais interessados não fiquem de fora.

As comunidades locais são um grupo de actores importantes no âmbito da iniciativa KAZA TFCA uma vez que seus meios de subsistência estão intimamente ligados aos recursos naturais dentro dessas áreas de conservação.

Neste sentido, o Secretariado da KAZA realizou uma reunião em Janeiro de 2014 para o desenvolvimento de um mecanismo para o turismo comunitário transfronteiriço e investimentos do sector privado para colmatar as lacunas no envolvimento da comunidade na indústria do turismo.

A ideia de desenvolver um mecanismo que tem como premissa a introdução de comunidades locais, agentes económicos e parceria deles com o sector privado para desenvolver a capacidade empresarial local.

As atracções turísticas dentro da TFCA, que são apoiadas historicamente pelas comunidades, incluem as Quedas Vitória, entre a Zâmbia e o Zimbábue, as águas termais de Kasane, no Botswana, e as grandes populações de animais selvagens que circulam nos cinco países.

Estudos realizados nas zonas húmidas do Leste de Caprivi, na Namíbia, mostram que as pescas contribuem muito para a satisfação das necessidades nutricionais das famílias.

Uma recente visita a área de conservação selvagem de Salambala, integrada no estudo sobre as cheias e secas na bacia do Rio Zambeze, mostrou que moradores usam os recursos naturais para fins domésticos e alimentares.

As zonas húmidas adjacentes, incluindo o rio Chobe, são usadas para a pesca e os jacintos de água dessas áreas húmidas são usados como materiais de construção, bem como para suplemento alimentar, quando a disponibilidade de alimentos é baixa.

A maioria das comunidades rurais dentro da TFCA também pratica a agricultura de subsistência e a criação de gado, os quais dependem dos recursos hídricos disponíveis.

Iniciativas, portanto, devem garantir que os moradores continuem a beneficiar da água e dos recursos naturais existentes nos seus arredores.

A motivação especial para a criação desta TFCA foi que uma grande parte da área de conservação cai dentro da região ecológica de Miombo - Mopane, que é de grande importância na África Austral por causa de seus serviços ecossistêmicos muito valorizados que suportam os meios de subsistência de diferentes maneiras.

Considerando-se a forte dependência rural nas florestas Miombo - Mopane para alimentos como mathimbi / Madora e para lenha, os lucros do uso não consumista, através do turismo, pode apoiar o desenvolvimento rural através da introdução de formas alternativas de energia e reduzir a dependência de florestas para essa finalidade.

Os serviços dos ecossistemas dentro da KAZA TFCA encorajam os altos níveis de biodiversidade existentes em grandes porções da Bacia do Rio Zambeze, atraindo turistas a nível mundial. □



Os parques nacionais são algumas das áreas protegidas no âmbito da iniciativa KAZA TFCA.

Março 3-11

Conselho de Ministros da SADC

O Conselho de Ministros da SADC é responsável por supervisionar e monitorar as funções e desenvolvimento da SADC, e assegurar que as políticas sejam devidamente implementadas para promover a integração regional. A primeira reunião de 2014 será organizada pelo Malawi, actual Presidente da SADC, incluindo reuniões de técnicos e quadros superiores, e Ministros dos Estados Membros da SADC.

10 de Março

Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas

Negociações sobre as mudanças climáticas deste ano começam a 10 de Março em Bona, na Alemanha, marcando o início de um ano intenso de conferências e cimeiras destinadas a levar a um acordo significativo, universal, em Paris, no final de 2015. A reunião de uma semana do grupo de trabalho sobre a Plataforma de Acção de Durban incluirá um intenso trabalho para o novo acordo global de clima que deverá entrar em vigor a partir de 2020, e que visa encontrar maneiras de aumentar a acção climática imediata, eficaz. As sessões de 40 dos órgãos subsidiários da UNFCCC vão decorrer em Junho.

22 de Março

Dia Mundial da Água

O Dia Mundial da Água é celebrado anualmente a 22 de Março para concentrar a atenção sobre a importância da água doce e da gestão sustentável dos recursos de água doce. O tema para 2014 é de Água e Energia.

Marco-Abril

Kuomboka

Esta é uma tradicional cerimónia anual do povo Lozi, na província ocidental da Zâmbia, que tem lugar no final de Março ou início de Abril. A cerimónia marca o movimento sazonal do chefe supremo, o Litunga, das várzeas para terras mais altas. Kuomboka significa "sair da água".

Abril 1-3

Conhecimento da Plataforma do Crescimento Verde Seminário de Praticantes Regionais

Este seminário intitulado "Caminhos para o Crescimento Verde em África" tem como objectivo explorar as razões para o crescimento verde num contexto Africano, facilitar o diálogo político e a partilha de conhecimentos e discutir questões práticas de implementação. O seminário que vai decorrer na RDC incidirá sobre a criação de uma visão Africana de crescimento verde através de sessões temáticas e vai explorar as ligações entre a gestão de recursos naturais, energia renovável e infraestrutura limpas.

Abril 2-3

4ª Parceria Energética África - UE

O encontro será uma oportunidade para rever a parceria estratégica entre a África e a Europa, e buscar maneiras de reconstruir a natureza, a ambição e o alcance das relações.

05 de Junho

Dia Mundial do Meio Ambiente

O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado para estimular a consciencialização sobre o meio ambiente e melhorar a atenção política e acção pública.

17 de Junho

Dia Mundial de Combate à Desertificação e à Seca

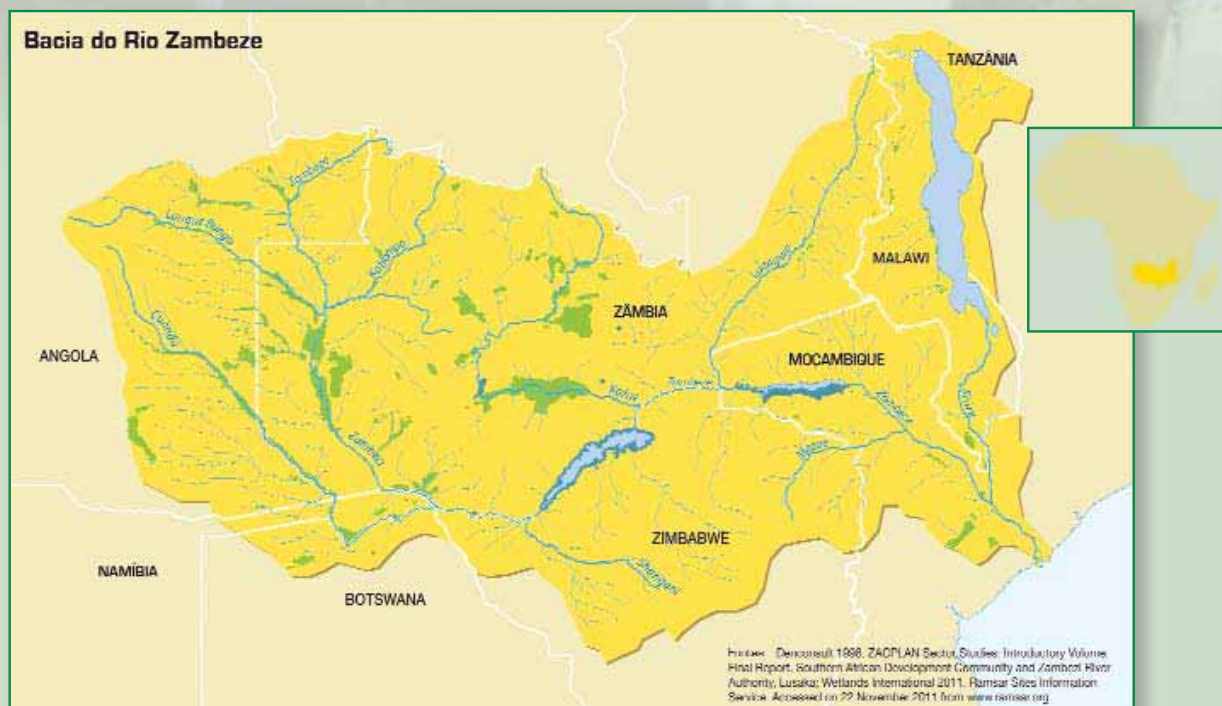
O Dia Mundial das Nações Unidas de Combate à Desertificação e à Seca é assinalado anualmente a 17 de Junho para destacar a necessidade urgente de conter o processo de desertificação e reforçar a visibilidade das questões de terras áridas na agenda ambiental internacional.

O Rio Zambeze

- É o maior rio da África Austral e quarto maior de África depois do Nilo, do Congo e do Níger.
- Nasce no Planalto Central Africano, nas montanhas Kalene, no noroeste da Zâmbia e percorre 3.000 km até o seu delta em Moçambique, no Oceano Índico.
- Drena uma área de quase 1,4 milhões de quilómetros quadrados, que se estende por Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabue.
- Detém Victoria Falls, popularmente identificada como uma das sete maravilhas naturais do mundo, bem como as barragens hidroeléctricas de Kariba e Cahora Bassa e seus lagos.

A Bacia do Zambeze

- É a maior bacia hidrográfica e a mais partilhada dentro da África Austral.
- Cobre cerca de 25 por cento da área total geográfica dos oito Estados ribeirinhos.
- Possui mais de 40 milhões de pessoas, projectadas para chegar a 51 milhões em 2025.
- Tem muitos grupos étnicos e culturas diferentes com uma história de orgulho que remonta há milhares de anos.
- Alberga áreas urbanas como Luena, em Angola, Kasane, no Botswana, Tete, em Moçambique, Mulilo Katima, na Namíbia e na Tanzânia, Mbeya, quase todos os centros urbanos na Zâmbia, incluindo a capital, Lusaka, todas as áreas urbanas no Malawi e no Zimbabue, incluindo Harare.
- Abarca o Lago Malawi / Niassa / Nyasa que cobre 28.000 km² e é o terceiro maior lago de água doce da África depois dos Lagos Vitória e Tanganica, e o terceiro mais profundo no mundo.



ZAMBEZI WATERCOURSE COMMISSION



Apoiado por



Implementado por

